

# Introdução

CAROLINA ALVIM DE OLIVEIRA FREITAS

O intuito deste livro é enxergar ligações, similaridades, evidências e causas comuns entre transformações – *processos em movimento* – tratadas frequentemente de maneira distinta e não associada nas produções científicas.

Estes processos são relativos, por um lado, às atividades sociais femininas na passagem do século xx para o século xxi, sua importância no âmbito da *reestruturação capitalista*, própria de uma era de “acumulação flexível”<sup>1</sup>. O que se busca compreender aqui é sobre quais sentidos novos que brotam das necessidades reprodutivas nesse contexto, e como são imputadas socialmente às mulheres combinações entre representações novas e tradicionais.

Por outro lado, nessa mesma totalidade, as transformações também se referem ao que se pode chamar *reestruturação imobiliária* (PEREIRA, 2005) e a um fenômeno específico desse processo que é a expansão das relações capitalistas de produção do espaço por meio da consolidação de loteamentos, ocupações, favelas, conjuntos habitacionais produzidos através das décadas.

Quais as implicações da chegada do Estado, da produção de infraestrutura, equipamentos, serviços; como interage o capital com essa produção; e como ele protagoniza estas e outras produções e apropriações que modificam não apenas a paisagem, o ambiente construído, mas as relações humanas que se fundam e se fundem no espaço?

O pressuposto teórico que atravessa este livro é de que o espaço urbano é constituído e constitui as dinâmicas de produção e reprodução social. Ou seja, não é lugar físico das relações humanas e, marcadamente, das relações humanas de produção, mas elemento constitutivo, mediador e indutor destas (LEFEBVRE, 2001, p. 138).

Por esta razão metodológica, na simbiose da relação entre espaço e sociedade, a leitura sobre as intervenções do Estado e do capital na construção do urbano deve abranger a noção do espaço como síntese produzida e produtora das relações de classe, de gênero e de raça, desde a construção imediata do ambiente até a dimensão global e total dessa produção.

Então, a ideia aqui é entender como se dá essa reprodução racializada e generificada da força de trabalho por meio do espaço

social e enxergar como esse modo de reprodução particular da periferia do capitalismo se combina com a vocação revigorada e autoexpansiva do capital imobiliário.

Não estão separados o desenvolvimento histórico capitalista – portanto corporificado e diferenciado internamente à força de trabalho pelo gênero e a raça – da lógica da produção capitalista do espaço. Marx rejeita a separação entre a realidade e a apreensão da realidade no pensamento: ao contrário, supõe que há uma unidade dialética entre os níveis lógico e histórico. Não se trata de propor apenas uma junção, uma unidade simples entre a teoria e a realidade, mas de compreender como as categorias teóricas derivam do desenvolvimento histórico. Não há capitalismo abstrato ou indiferente às formas históricas e as relações sociais concretas.

Por isso, embora o capitalismo seja anunciado (ideo)logicamente como a formação social humana da livre concorrência, historicamente nunca houve condições materiais aptas à liberdade dos seres em concorrer no mercado. Caso houvesse, populações negras e femininas, por exemplo, seriam igualmente valorizadas como força de trabalho no mercado das trocas<sup>2</sup>.

Ao passo de séculos e séculos, o modo de produção dependeu, para sua realização, de que *status* originais, ou atribuições naturais, assumissem forma de aquisição social, justamente sob a aparência da livre competição (SAFFIOTTI, 2009)<sup>3</sup>. A ausência, na trajetória das sociedades capitalistas, de constituições que não partissem da diferenciação valorativa entre o trabalho branco e o trabalho racializado, entre o trabalho masculino e feminino, ou entre nacionalidades distintas, por exemplo, faz crer que a superação deste modelo divisório e hierárquico não virá de uma progressão interna às bases do próprio modo de produção. Em verdade, as diferenciações produzidas e apropriadas ao longo do desenvolvimento histórico parecem se manifestar como o oposto do que seria um obstáculo à acumulação capitalista, pois se realizaram mais, até agora, como alavanca da sua sobrevivência.

E é essa mesma ideia de alavanca que pode ser mobilizada para pensar a produção doméstica da habitação proletária, que serviu como suporte à expansão da metrópole de São Paulo,

em meio ao crescimento demográfico e econômico dos anos 50, 60 e 70. A “urbanização de baixos salários” (CAMARGO et al., 1975), realizada mediante o trabalho não pago das famílias trabalhadoras, combinou taxas de superexploração do trabalho com processos de valorização fundiária e imobiliária em outras partes da metrópole<sup>4</sup>.

Há hoje novas repercussões no alijamento dos trabalhadores na apropriação da metrópole, ilustradas a partir da segregação residencial, de consumo e circulação, do sucateamento e privatização de serviços e equipamentos públicos, e da mercantilização generalizada dos meios de reprodução da vida. Combinam-se, de um lado, processos renovados de precarização das condições de vida urbana e, de outro, novidades nos mecanismos de concentração de renda e apropriação privada da cidade.

Se a metrópole de São Paulo é marcada pelas suas aguçadas contradições socioespaciais, é preciso notabilizar, nesse ínterim, como as mulheres das classes trabalhadoras urbanas são submetidas a essas determinações. Em outras palavras, quais são os aspectos a serem destacados na produção de vida material das mulheres e na produção do espaço metropolitano que se condensam em um mesmo movimento.

É certo que a classe trabalhadora em São Paulo nunca usufruiu de políticas de Estado que se aproximassem do *welfare state* europeu<sup>5</sup>. Mesmo assim, no que se refere aos custos de reprodução de força de trabalho, as políticas neoliberais, desde pelo menos a década de 1990, parecem qualitativamente distintas no que se refere às imposições da precarização das condições da vida social urbana<sup>6</sup>. A formação atual do capitalismo parece ampliar as contradições entre a produção e a reprodução social, entre o valor de uso e o valor de troca a partir da generalização da forma mercadoria a todos os níveis e instâncias da vida.

Como dito, a urbanização baseada no trabalho reprodutivo não pago foi parte das “vantagens competitivas” do alavancamento econômico que desidratou sistematicamente os custos de reprodução da força de trabalho no processo de industrialização tardia nos países periféricos do capitalismo no século xx, como o Brasil:

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvi-

mento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho, e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora (KOWARICK, 1979, p. 41).

As relações entre a industrialização e a urbanização repercutem não apenas no modo de produção do ambiente doméstico, na construção imediata da casa, mas também na reprodução dela, das suas formas e funções. A espoliação urbana, na sua extensão, ao que parece, também se constituiu como “espoliação doméstica”.

Os trabalhos de manutenção e cuidados, antes da sociedade de domínio industrial, eram notavelmente distintos; a economia manufatureira definia com outros parâmetros a produção e a reprodução. De modo geral, por que a produção de riqueza e meios de subsistência eram centrados na casa e nas terras de cultivo, as mulheres trabalhavam no âmbito doméstico, mas na condição de trabalhadoras produtivas (DAVIS, 2016, p. 45).

Quando a produção se desloca para a fábrica, há um rompimento significativo entre a vida doméstica e a vida produtiva, marcada principalmente por seu sentido espacial. A casa perde seu sentido anterior de produção e passa a funcionar como resquício não industrial na sociedade onde domina o modo de produção industrial. A imposição social do trabalho doméstico às mulheres se une, diante desse aspecto, ao processo geral de urbanização, também realizado pelo trabalho não pago.

Se esta similaridade entre o trabalho doméstico feminino e o trabalho doméstico de construção – ambos não pagos, portanto não capitalistas – não fora notabilizada com o destaque necessário nos estudos sobre a metrópole de São Paulo no século xx, são necessárias, além da revisão teórica sobre a formação dependente do capitalismo brasileiro e a superexploração da força de trabalho, identificar elementos de implicação desta formação na contemporaneidade, quais são as novas formas espoliativas dos espaços da periferia, notabilizando o processo de incompletude na sua incorporação à metrópole e sua sucessão de novos ciclos de valorização imobiliária<sup>7</sup>.

O regime de acumulação flexível metaboliza formas tradicionais de extração de mais-valor com métodos avançados e atualizados, fazendo convergir a realidade de consolidação das periferias e a de consolidação da força de trabalho feminina no mercado. A valorização e a capitalização da produção de imóveis e serviços – pilares da reestruturação urbana – absorvem mão de obra feminina e negra nas centralidades, enquanto as atividades de reprodução destas mulheres no espaço doméstico habitacional são rearranjadas como fronteiras espoliativas na periferia.

O esquema universalista abstrato, de representação da sociedade industrial, que explicou a mulher relegada ao espaço privativo habitacional, sendo oprimida pela figura masculina da família nuclear monogâmica, não corresponde à história da formação social brasileira. É certo que as mulheres negras e pobres, profundamente marcadas por mais de três séculos de economia baseada no trabalho escravizado, sempre participaram economicamente da reprodução das famílias nesta história particular de acumulação originária capitalista; uma história da exploração, da opressão e da dominação do trabalho e, portanto, da economia material da violência (GONZALEZ, 2020).

A casa é um espaço intermitente na industrialização brasileira, uma vez que o seu modo de produção forja a acumulação capitalista mesmo sendo, em si mesmo, não capitalista. Isto é, há um enorme conjunto do trabalho social que não se realiza enquanto valor na acepção da crítica da economia política, mas que passa a ser constitutivo das condições de produção do mais-valor nesta tipicidade dependente, de radical subalternidade social.

Hoje, a persistência da desoneração pelo capital dos custos de reprodução social tende a onerar ainda mais as mulheres economicamente responsáveis por seus filhos, maiores alvos da precarização geral da vida urbana. São combinados, assim, o crescimento da participação no mercado de trabalho e na chefia familiar, enquanto a diferença salarial em relação aos homens e as obrigações domésticas persistem (IPEA, 2016)<sup>8</sup>. Uma combinação impossível, mesmo assim permanente, nas tensões da oposição social entre capital e trabalho.

A ideia de fronteira a ser atravessada, de espaço a ser conquistado, une os assuntos (mulheres e periferias), já que se interpreta que tanto a periferia urbana como o corpo feminino são, em processos em movimento na totalidade social, *margens* a serem apropriadas pelo capital. Este é o fio condutor que orienta os capítulos deste livro.

Junho de 2021

## Notas

<sup>1</sup> “As coordenações de mercado (frequentemente do tipo subcontratação) se expandiram em prejuízo do planejamento corporativo direto no âmbito do sistema de produção e apropriação de mais valia. A natureza e a composição da classe trabalhadora global também se modificaram, o mesmo ocorrendo com as condições de formação de consciência e de ação política. [...] As relações de gênero também se tornaram muito mais complicadas, ao mesmo tempo que o recurso à força de trabalho feminina passou por ampla disseminação. Do mesmo modo, aumentou a base social de ideologias de empreendedimentismo, paternalismo e privatismo” (HARVEY, 1996, p. 179).

<sup>2</sup> “Se o capitalismo depende de uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através de relações de gênero, de classe, de raças e das práticas sociais. A superposição e articulação de distintas esferas da prática social, muito mais do que lógicas inerentes ao capital, à estrutura da família ou ao Estado constroem as práticas, reproduzem-nas, reconstróem” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 157).

<sup>3</sup> “Já que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, é preciso renovar, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certos contingentes populacionais (contingente este que pode variar e efetivamente varia segundo as condições sócio-culturais de cada concreção singular da sociedade de classes) como se a ordem social competitiva não se expandisse suficientemente, isto é, como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência” (SAFFIOTI, 2009, p. 126).

<sup>4</sup> As empresas transferem assim o custo da moradia (aquisição, aluguel, conservação do imóvel) e os de transporte para o próprio trabalhador e os custos dos serviços urbanos básicos, quando existentes, para o âmbito do Estado [...] Surge no cenário urbano o que será designado “periferia”: aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção (CAMARGO et al., 1975, p. 25).

<sup>5</sup> “Na cidade de São Paulo, principal centro industrial da periferia mundial, não houve a manifestação plena do fordismo, apenas parcial e restrita a poucos segmentos da sociedade. O funcionamento recorrentemente desfavorável do mercado de trabalho aos paulistanos bloqueou a condição salarial, e o imobilismo do poder público na ação civilizatória do capitalismo periférico contribui para a construção de uma sociedade apartada, mesmo diante da geração de tanta riqueza” (POCHMANN, 2001, p. 101).

<sup>6</sup> “O objetivo das políticas neoliberais desde 1980, mais ou menos, tem sido despejar esses custos nos comuns globais de reprodução social e do meio ambiente, criando, por assim dizer, comuns negativos nos quais populações inteiras são hoje obrigadas a viver. As questões de reprodução social, gênero e comuns estão interligadas” (HARVEY, 2012, p. 165).

<sup>7</sup> “As décadas de consolidação progressiva dos territórios populares – favelas, loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais – não nos permitem mais falar em um espaço dual, marcado pela diferença centro/periferia. Se, por um lado, os espaços que se constituíram nos anos do grande crescimento urbano (1960 – 1980) são hoje dotados de água, luz, equipamentos públicos e espaços comerciais, por outro, uma geografia da pobreza e da vulnerabilidade social, muito mais heterogênea e complexa, define o “lugar dos pobres” na cidade, um grupo social também muito mais heterogêneo” (ROLNIK, 2015, p. 265).

<sup>8</sup> Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) sobre o intervalo de 2004 a 2014, a jornada total das mulheres (trabalho no mercado e trabalho doméstico) aumentou uma hora nos últimos 10 anos, sendo superior em cinco horas em relação à jornada masculina. A média da jornada feminina fora de casa permaneceu em 35 horas e meia e também se manteve a diferença de renda salarial, sendo a renda por trabalho formal entre as mulheres 25% menor (aproximadamente) que a dos homens.